

Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIASPARCERIAS

Companhia de Investimentos e Parcerias
do Estado de Goiás S/A
CNPJ – 08.235.587/0001-20
Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos ao acionista da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018. Demonstrações compostas do Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Das Notas Explicativas às demonstrações do resultado, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Maciel Auditores S/S.

Goiânia, 12 de Abril de 2018

DIRETORIA EXECUTIVA:

EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Diretor Presidente
ROBSON RODRIGUES LIMA – Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores
PEDRO JOSÉ ALVES TORRES – Diretor Administrativo e de Regulação
BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA – Conselheiro – Presidente
EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Conselheiro
ELIZABETH LUCENA – Conselheira
ADRYANNA LEONOR MELO DE OLIVEIRA CAIADO – Conselheira

ROBSON LATALIZA FRANÇA – Diretor Vice Presidente
ROMULO MARTINS DE CASTRO – Diretor Técnico
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA – Conselheira – Vice Presidente
ARTUR CIRO CESAR NETO – Conselheiro
GISELE BARRETO LOURENÇO – Conselheira
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA – Contador – TCCRCMG 25.222 S/GO

2 – BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DESCRIÇÕES	ATIVO		DESCRIÇÕES	PASSIVO	
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			PASSIVO CIRCULANTE		
CIRCULANTE			Obrigações Sociais	190.170,00	134.280,00
DISPONÍVEL			Impostos e Contribuições a Recolher	97.432,11	78.705,70
Caixa e Bancos	10,00	10,00	Outras Contas a Pagar	18.193,56	17.821,38
Aplicações Financeiras	2.477.634,78	1.386.809,21	TOTAL DO CIRCULANTE	305.795,67	230.807,08
REALIZÁVEL DE CURTO PRAZO	14.388,33	0,00	NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Contas a Receber	14.388,33	0,00	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Impostos a Recuperar	0,00	0,00	PATRIMONIO LIQUIDO		
TOTAL DO CIRCULANTE	2.492.033,11	1.386.819,21	Capital Social	394.333.079,03	394.333.079,03
NÃO CIRCULANTE			(-) Capital a integralizar	-41.741.244,15	-41.741.244,15
REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO	743.807,69	4.562.504,22	(-) Prejuízo Acumulado	-120.589.808,11	-117.800.066,93
Governo do Estado de Goiás	0,00	3.850.000,00	TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	232.002.026,77	237.791.767,95
Outros Devedores	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	232.307.822,44	235.022.575,03
(-) Ajuste a Valor Presente	0,00	0,00			
Impostos Federais Diferidos	0,00	0,00			
Valores Bloqueados Judicialmente	220.319,57	207.411,93			
Impostos a Recuperar	523.488,12	505.092,29			
INVESTIMENTOS	229.068.171,56	229.068.171,56			
Investimentos	229.068.171,56	229.068.171,56			
IMOBILIZADO	3.810,08	5.080,04			
Imobilizado	3.810,08	5.080,04			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	229.815.789,33	233.635.755,82			
TOTAL DO ATIVO	232.307.822,44	235.022.575,03			

3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM R\$ 1)

	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		0,00	0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		-2.789.741,18	-2.697.963,70
Despesas administrativas		-2.899.351,57	-2.755.701,23
Depreciação e Amortização		-1.269,96	-1.533,15
Despesas Financeiras		-1.415,77	-1.344,45
Receitas Financeiras		112.296,12	60.615,13
Outras Despesas/Receitas Operacionais		0,00	0,00
Resultado em Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL		-2.789.741,18	-2.697.963,70
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		-2.789.741,18	-2.697.963,70
Imposto de Renda e CSLL		0,00	0,00
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		-2.789.741,18	-2.697.963,70
NUMERO DE AÇÕES		394.033.079	394.033.079
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO		-0,0071	-0,0068

4 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	Capital Social Realizado	Capital a Integralizar	Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTALS Saldos Pat Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	351.941.834,88	42.391.244,15	-115.800.066,93	236.839.731,65
Subscrição de Capital				
Integralização do Capital	650.000,00	-650.000,00		650.000,00
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	352.591.834,88	41.741.244,15	-2.697.963,70	-2.697.963,70
Subscrição de Capital				
Integralização do Capital				
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	352.591.834,88	41.741.244,15	-121.287.771,81	232.002.026,77

5 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

DESCRIÇÃO	31/12/18	31/12/17
Atividades Operacionais	-2.788.471,22	-2.696.430,55
Resultado do Exercício	-2.789.741,18	-2.697.963,70
Depreciações	1.269,96	1.533,15
Aumento (diminuição) de Ativos	3.804.308,20	3.118.917,42
Contas a Receber	3.804.308,20	3.118.917,42
Aumento (diminuição) de Passivos	74.988,59	-15.204,73
Obrigações Sociais	55.890,00	-15.960,00
Impostos e Contribuições a Recolher	18.726,41	1.182,11
Fornecedores	372,18	-426,84
Outros Passivos	0,00	0,00
Atividades de Investimentos	0,00	0,00
Ativo Permanente	0,00	0,00
Atividades de Financiamentos	0,00	0,00
Capital Social (integralização)	0,00	650.000,00
Capital Social (redução)	0,00	650.000,00
Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	1.090.825,57	1.057.282,14
Saldo Final das Disponibilidades	2.477.644,78	1.386.819,21
Saldo Inicial das Disponibilidades	1.386.819,21	329.537,07
VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	1.090.825,57	1.057.282,14

5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A, sociedade de economia mista, de direito privado, CNPJ08.235.587/0001-20, situada à praça Ludovico Teixeira, Rua 82,

nº 400, 2º andar Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul – Goiânia – GO – CEP 74.015-908, tem como objetivo precípuo de colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP's, instituído pela Lei Estadual nº 14.910 de 11/08/2004 e estruturar outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social.

A Companhia constitui-se numa empresa para o desenvolvimento econômico e social, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar atividades de agentes do setor privado que, na condição de colaborador, atuam na implementação das Políticas Públicas, voltado para o desenvolvimento do Estado e ao bem coletivo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 12 de Abril de 2019.

Moeda de apresentação funcional - as demonstrações contábeis foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

a. **Uso de Estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem como política trabalhar com instituições tradicionais.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

16. Outras informações

a) Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

b) Eventos subsequentes

Não houveram eventos, desde a data de 31/12/2018 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

Goiânia, 12 de Abril de 2018

DIRETORIA EXECUTIVA:

EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Diretor Presidente
ROBSON LATALIZA FRANÇA – Diretor Vice Presidente
ROBSON RODRIGUES LIMA – Diretor Financeiro e de Relações c/Investidores
ROMULO MARTINS DE CASTRO – Diretor Técnico
PEDRO JOSÉ ALVES TORRES – Diretor Administrativo e de Regulação
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA – Conselheiro – Presidente
LARISSA RODRIGUES DA LUZ SILVA – Conselheira – Vice Presidente
EDUARDO ANGELO DE MACEDO LUCENA – Conselheiro
ARTUR CIRO CESAR NETO – Conselheiro
ELIZABETH LUCENA – Conselheira

GISELE BARRETO LOURENÇO – Conselheira
ADRYANNA LEONOR MELO DE OLIVEIRA CAIADO – Conselheira
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA – Contador – TCCRCMG 25.222 S/GO

6 – RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOÍAS S/A
GOIÂNIA - GO

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOÍAS S/A (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto tratado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Investimentos

A **COMPANHIA**, em 31 de dezembro de 2018 possui contabilizado em Participações Societárias e Controladas e Coligadas o valor de R\$ 223.068.171. Os controles apresentados pela Administração referente a contabilização e conciliação dos valores registrados que compõem os saldos da referida conta, não foram suficientes para concluir quanto à adequação dos valores contabilizados e aos efeitos das distorções nas demonstrações contábeis.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, a **COMPANHIA** possui registrado, na rubrica "Imóveis", o montante de R\$ 6.000.000,00, relativo a um terreno recebido da empresa Teleporto Goiás S/A. A **COMPANHIA** não efetuou sobre este item, teste de recuperabilidade (impairment), conforme determina a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS. Não obtivemos evidências suficientes que suportem a contabilização. Não nos foi possível concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor contabilizado, em razão da não aplicação das normas acima mencionadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **COMPANHIA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2019

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2

Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo signatários membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – **GOIASPARCERIAS**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, e embasadas nas Demonstrações Financeiras, nas Notas Explicativas e no Parecer e no Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes da "Maciel Auditores S/S", tecemos a seguintes observações:

- Ao contrário do que afirma o Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 6.000.000 relativo ao terreno recebido da empresa Teleporto Goiás S/A, não foi reclassificado para a conta "Imobilizado" (1.2.3), tendo permanecido no Balancete Analítico de janeiro a dezembro de 2018 no grupo de "Investimentos" (1.2.2), subgrupo "Imóveis" (1.2.2.02);
- Não obstante, está evidenciado em Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da GOIASPARCERIAS (31 dezembro de 2018 e 2017), item "7.2" "Propriedades para Investimento" que o referido ativo não está formalmente registrado em cartório como propriedade da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás, não sendo possível comprovar o seu controle;
- Tendo em vista a circunstância evidenciada no item anterior, a qual também foi objeto de ressalva no Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2017, bem como a recorrência na ausência da realização do teste de recuperabilidade (impairment) apontado, resta impossível a determinação do possível benefício econômico esperado do ativo em tela, motivo pelo qual o seu registro como está realizado não pode ser aceito;
- Ademais, quanto aos Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas" também descrito nas Demonstrações Financeiras da GOIASPARCERIAS (31 dezembro de 2018 e 2017), assim como descrito no Relatório do Auditor Independente/RAI em 31 de dezembro de 2018, entendemos não terem sido apresentadas informações e documentos suficientes para concluir sobre a manutenção/validação do valor apresentado em dois anos subsequentes relativo ao custo de aquisição das participações nas empresas investidas (SANEAGO, CEASA e CODEGO), tampouco sobre a não necessidade de avaliação pela equivalência patrimonial ou quanto à determinação do método utilizado para avaliação do investimento.

Por todo o exposto, firmam que as demonstrações da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não se encontram em ordem, tampouco expressam a real situação financeira da Companhia, motivo pelo qual opinam pela sua reprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

GOIÂNIA- GO, 13 de Maio de 2019.
FERNANDO DE CASTRO FAGUNDES
CONSELHEIRO
PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES
CONSELHEIRO
GILSON GERALDO VALERIO DO AMARAL
CONSELHEIRO